

FALE COM A GENTE!

Editor Leopoldo Figueiredo
E-mail portomar@atribuna.com.br
Telefone 2102-7269

“O reajuste é totalmente inoportuno, considerando a sua aplicação no mesmo contexto do aumento no ISS, da cobrança de IPTU aos terminais arrendados e da crise no transporte rodoviário”

Bayard Umbuzeiro Filho, presidente do Conselho de Administração da Abtra

PORTO & MAR

Docas reajusta tarifas do Porto. Terminais criticam aumento

Correção de 16,76%, válida desde ontem, foi considerada ‘inoportuna’ por representantes do setor privado

FERNANDA BALBINO
DA REDAÇÃO

A Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) reajustou ontem as tarifas do Porto de Santos. O índice aplicado foi de 16,76% em todos os valores. O aumento foi criticado por entidades que representam os terminais do complexo, que o consideraram “inoportuno”.

O reajuste acontece menos de dois anos após a última alteração nas taxas portuárias e, para a iniciativa privada, o custo extra não garante uma prestação de serviço satisfatória por parte da estatal.

Há um ano, a Autoridade Portuária pediu ao Governo para a corrigir os valores das tarifas. O índice proposto, então, era de 54,4%. A resposta definitiva só veio nesta semana. Na última segunda-feira, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) aprovou uma correção de até 16,76%. No dia seguinte, a Docas afirmou que ainda estudava quais seriam os novos índices tarifários. E ontem, 48 horas depois, ela passou a utilizá-los.

As taxas são cobradas de acordo com a tonelage de movimentação de cargas e pela atracação de embarcações. Há também a cobrança pela exploração do cais santista e toda a sua infraestrutura.

O reajuste das tarifas do Por-

to ocorre logo após o aumento de 3% para 5% da alíquota do Imposto Sobre Serviços (ISS) sobre as operações portuárias, que passou a vigorar em janeiro. No mês passado também foi determinada a obrigatoriedade do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de áreas arrendadas no Porto.

Em nota, o Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que o momento em que a Docas implanta o reajuste é impróprio para o setor. “É preciso que a Codesp reconsidere essa sua intenção, no sentido do bem maior a ser alcançado, para que se tenha motivos futuros de comemoração e não de novos dissabores”, informou.

Outras associações que também representam instalações portuárias do cais santista são contrários à decisão da Docas. “O reajuste é totalmente inoportuno, considerando a sua aplicação no mesmo contexto do aumento no ISS, da cobrança de IPTU aos terminais arrendados e da crise no transporte rodoviário”, disse o presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Bayard Umbuzeiro Filho.

A mesma opinião tem o presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (AB-



Codesp havia pedido um reajuste de 54,4%, mas agência reguladora só autorizou índice de 16,76%

TP), José Di Bella Filho. Para o executivo, o setor privado vem sofrendo com o aumento de tributos, mas não tem garantias de uma melhora na infraestrutura necessária para as operações de embarque e desembarque de mercadorias. “O setor portuário questiona o valor e qualidade do serviço de manutenção, além do compromisso com a prestação do serviço”, afirmou.

Os acessos aquaviários, com

a manutenção da profundidade, e os acessos terrestres, com a melhoria das infraestruturas ferroviária e rodoviária, são os principais problemas relatados por Di Bella. De acordo com o executivo, apesar do pagamento das tarifas que tratam especificamente sobre essas questões, ainda são grandes os problemas enfrentados pela iniciativa privada.

“O aumento das tarifas por-

tuárias também impacta nos TUPs (Terminais de Uso Privado), que suportam custos próprios em bacias de evolução e berço, para um canal de acesso que não recebe a devida manutenção. Destaco ainda, o que é importante esclarecer, que os terminais privados pagam as tarifas portuárias quando se utilizam dessa infraestrutura. Assim, o aumento também é sentido para a manutenção de aces-

TARIFAS

As tarifas pela utilização da infraestrutura do Porto de Santos são divididas em dois tipos.

O primeiro está relacionado à movimentação de cargas pelas embarcações, com as taxas sendo cobradas com base na tonelage ou por contêiner com mercadoria.

O segundo é calculado a partir do espaço utilizado pelo navio atracado e seu período de permanência no cais. Já as tarifas pela exploração do cais são cobradas dos terminais arrendados. Para isso, há valores relativos à área arrendada e às movimentações de produtos ocorridas dentro ou fora desses lotes ou dos berços de atracação.

“A estranheza para o aumento tarifário se dá, ainda, em razão de que são os operadores portuários que têm aplicado investimentos e continuam investindo em seus terminais do Porto de Santos, com a aquisição de equipamentos de ponta para a movimentação de cargas, no aprimoramento da mão de obra e em conceitos modernos de gestão, justamente para proporcionar maiores e melhores índices operacionais, que têm gerado os recordes sucessivos já mencionados e o lucro anunciado em 2017”, destacou.

SEM MOTIVOS

O Sopesp destacou que não encontra motivos plausíveis que fundamentem o reajuste, até porque a Codesp fechou o ano passado com superávit e tem obtido sucessivos recordes operacionais mensais em 2018.

“A estranheza para o aumento tarifário se dá, ainda, em razão de que são os operadores portuários que têm aplicado investimentos e continuam investindo em seus terminais do Porto de Santos, com a aquisição de equipamentos de ponta para a movimentação de cargas, no aprimoramento da mão de obra e em conceitos modernos de gestão, justamente para proporcionar maiores e melhores índices operacionais, que têm gerado os recordes sucessivos já mencionados e o lucro anunciado em 2017”, destacou.

Maior custo ameaça investimentos, diz setor

O reajuste das tarifas do Porto de Santos vai comprometer novos investimentos privados no complexo. O posicionamento é do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp).

“Obviamente, a elevação de tarifas vai onerar justamente as referidas empresas portuárias, o que pode comprometer novos investimentos e na revisão de outras medidas, em um ano em que também serão oneradas por medida impositiva da Prefeitura de Santos, com o reajuste de 67% sobre a tabela de Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), assim como de Guarujá e de implanta-

ção de outros índices, como a cobrança de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano)”, destacou a entidade, em nota.

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), José Di Bella Filho, mesmo com o aumento de custos que são aplicados na infraestrutura portuária, os terminais ainda são obrigados a reduzir suas capacidades diante dos gargalos do Porto. Um deles é o acesso marítimo, já que o calado operacional adotado no cais santista (a profundidade máxima que os navios podem atingir quando estão navegando) não permite que as embarcações entrem ou saiam do comple-

xo totalmente carregadas.

“O impacto da medida recairá, sem dúvida, sobre os custos logísticos da operação das cargas nos portos, prejudicando, conseqüentemente, o comércio exterior brasileiro, reduzindo a competitividade dos nossos produtos no mercado mundial”, destacou o presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Bayard Umbuzeiro Filho.

Já o presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa, acredita que os reflexos são ainda maiores diante do atual cenário econômico brasileiro. “Os

impactos são sempre devastadores, uma vez que o aumento dos custos não se limita aos portos, mas são distribuídos em toda cadeia de suprimentos. Qualquer reajuste terá um peso maior no momento em que o País tenta restabelecer sua economia. Esse não é o momento do Brasil impor custos a seus produtos”, afirmou Barbosa.

“O Sopesp considera que 2018 deveria ser um ano de retomada da economia nacional, bastante abalada nos últimos períodos e pela recentíssima paralisação dos caminhoneiros, e não tem medido esforços em apoio aos seus associados para que mantenham os



Empresários criticam gargalos na infraestrutura do complexo santista

processos de investimentos nos terminais que operam no complexo portuário santista. Mas também consideram que ficará

difícil manter o status em vigor com nova incidência de ônus tarifário e dos demais tributos acima expostos”.